

AS INTERFASES DOS AMBIENTES HOSPITALARES: uma análise da produção científica sobre pedagogia hospitalar no programa de pós-graduação da UFAL

Marianna Salgado Cavalcante de Vasconcelos ¹
Lana Lisiêr de Lima Palmeira ²

RESUMO

O presente artigo procurou abordar a importância da pedagogia hospitalar para as crianças hospitalizadas em período de escolarização. Este indica por meio de uma pesquisa bibliográfica, fatores que indicam a relevância dos ambientes hospitalares para as crianças doentes, que não frequentam as escolas convencionais e necessitam do atendimento educacional em hospitais. Com isso, foi analisado 3 dissertações que discutem sobre o assunto, de diferentes abordagens. Os resultados apontaram que há vários elementos que indicam a importância desse atendimento para as crianças, como a globalização da educação, impacto lúdico, didático e pedagógico, construção dos saberes escolares, entre outros. Esses dados sinalizam que ofertar o atendimento escolar em hospitais contribui para que as crianças e adolescentes internos obtenham uma vivência escolar e, como consequência é necessárias formações para professores direcionado para esses espaços para tornar a vivência adequada para quem usufrui desses espaços.

Palavras-chave: Pedagogia hospitalar, Classe Hospitalar, Ambientes Hospitalares.

INTRODUÇÃO

Partindo das reflexões presentes sobre as primeiras experiências de escolarização em hospitais, ocorreu quando o Francês Henri Sellier, em 1935, inaugurou a primeira classe hospitalar. Isso deu-se nos arredores da cidade de Paris, e ganhou notoriedade logo após a Segunda Guerra Mundial, no momento em que, as consequência dos conflitos violentos, os hospitais existentes recebiam várias crianças mutiladas, e até mesmo com doenças fatais, necessitando de um acompanhamento clínico, e sobretudo pedagógico, uma vez que essas crianças antes da sua enfermidade tinham uma vida escolar, e por causa do seu adoecimento precisavam dar continuidade aos seus processos de escolarização, mesmo estando dentro desses ambientes hospitalares em que estavam internados.

No entanto, essa nova área de atuação da pedagogia só foi introduzida no Brasil em 1950, com o Hospital Municipal Menino Jesus, no município do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2012). Apesar da inserção da classe hospitalar ser tardia em relação a outros países pelo mundo,

¹Mestranda em educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, marianna.scavalcante@gmail.com;

²Doutora em Educação, Universidade Fderal de Alagoas- UFAL, lana.palmeira@arapiraca.ufal.br.



foi só a partir da década de 1990, que ocorreram políticas públicas mais efetivas voltadas para essa área em nosso país.

Partindo do pressuposto que a pedagogia hospitalar está voltada para as crianças hospitalizadas, nós daremos neste estudo, uma especial atenção para as políticas públicas das crianças internas, que infelizmente em fase escolar precisam está no hospital, levando esse olhar, para as crianças e adolescentes hospitalizados, tendemos a aprender mais sobre o contexto hospitalar presente no nosso país. Ao mesmo tempo que aprendemos a conhecer o que essas crianças produzem, reproduzem e transformam por meio de sua ação social, suas histórias e quais desses significados estão sendo socialmente aceitos e transmitidos, a forma como as crianças constroem e transformam os significados das coisas e as próprias relações sociais através desses ambientes hospitalares. Na interação entre aluno e professor, esta ação se dá mais no sentido de introduzir o aluno no universo cultural de sua sociedade, como afirma Rodrigues “ [...] esta ação se dá mais no sentido de introduzir o aluno no universo cultural de sua sociedade, confiando em sua competência. ” (p.57, 2012), portanto, a relação de confiança e interação entre professor e aluno é essencial quando falamos de classe hospitalar, uma vez que a intenção de todos os envolvidos nesse processo de adoecimento e que ele ocorra da forma menos prejudicial possível.

Neste trabalho, procuramos apresentar por meio das dissertações relatadas, com enfoque na área, práticas e experiências acerca educação dentro da pedagogia hospitalar, exemplificando desta forma as possíveis contribuições dessa área para as crianças e adolescentes hospitalizados. Para tanto, partimos do pressuposto de que para entender de maneira mais clara, as contribuições que a pedagogia hospitalar tem para esses indivíduos, é necessário entender quais os rumos que as políticas públicas voltadas para essa área tomaram nos últimos anos, na perspectiva de tentar entender “Quais as especificidades, experiências e teorias encontradas nas dissertações selecionados sobre a educação no contexto da pedagogia hospitalar?”

A intenção de trabalhar sobre esta temática, se deu pela escassez de discursões sobre o tema nos programas de pós-graduação, ao mesmo tempo que acreditamos ser de grande relevância desenvolver mais trabalhos relacionados as crianças hospitalizadas, visto que as atuações da educação abrangem diversas áreas, como o da pedagogia hospitalar.

METODOLOGIA



A vigente pesquisa realizada tem caráter exploratório, já que a mesma busca proporcionar maior familiaridade com o objeto de pesquisa, para tornando mais explícito, já que o assunto é pouco discutido academicamente. Segundo Xavier (2013), esse tipo de pesquisa objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos. Assim, complementam Severino (2013), quando consideram que tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias.

Propõe-se uma abordagem qualitativa para a pesquisa, pois, segundo Lüdke (2012), na abordagem qualitativa, o pesquisador deve ser alguém que tenta interpretar a realidade, dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica, através do contato direto que se tem com o ambiente do objeto de estudo.

Para análise dos dados, foi feito um levantamento e seleção de dissertações disponibilizadas no repositório institucional da Universidade Federal de Alagas – UFAL, entre os anos de 2017 e 2022, que abordassem sobre a pedagogia em ambientes hospitalares. A busca dos artigos, por sua vez, foi realizada junto a ferramenta de pesquisa do site: <http://www.repositorio.ufal.br/>, utilizando-se das palavras-chave: Escola Hospitalar, Classe Hospitalar, Pedagogia Hospitalar e Criança Hospitalizada.

As dissertações analisados foram: “Classes hospitalares em Maceió: entre a legislação e a invisibilidade educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde” de Renata Souza de Lima (2021); “A percepção de estudantes em estágio curricular sobre a atuação do profissional de educação física no âmbito hospitalar” de Rosa Elisa Pasciucco da Costa (2021); “A experiência da criança hospitalizada com a realidade virtual no cuidado de enfermagem em procedimentos dolorosos” de Marcela Barbosa de Farias (2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Como já foi mencionado, esses primeiros registros existentes sobre pedagogia hospitalar data do ano de 1935, onde Henri Sellier, nos arredores da cidade de Paris na França, que inaugurou à primeira classe hospitalar, esse novo modo de educação foi difundida em toda a França, logo após em outros países do continente Europeu e até mesmo nos Estados Unidos, com o objetivo de suprir as dificuldades escolares de crianças tuberculosas, e até mesmo das crianças vítimas da Segunda Guerra Mundial, que muitas chegavam às unidades de saúde em grave estado de saúde, tendo que permanecer um longo período de tempo nos hospitais,



portanto, ficando longe da sua escola de origem e da sua rotina escolar, (FONSECA, 1999). Nas classes hospitalares esses alunos poderiam dar continuidade aos seus estudos escolares, em uma sala direcionada para esses estudos, ou até mesmo em seus leitos de hospitais, assim não tendo nenhum prejuízo por não estarem frequentando à escola regular.

Com essa nova demanda de alunos houve, em 1986, um movimento da sociedade na Europa, onde surgiu a preocupação em relação aos direitos das crianças hospitalizadas, então foi feita a Carta Europeia dos Direitos das Crianças Hospitalizadas, (FONSECA, 1999). Essa carta tinha como finalidade garantir alguns direitos como: o espaço físico, correspondendo às necessidades físicas que os alunos apresentavam, emocionais e educacionais das crianças, como também, incentivar os pais a acompanhar os seus filhos nas atividades educacionais dentro do ambiente hospitalar. Através dessa carta, outros países europeus constituíram as suas próprias cartas, pegando o que lhe interessavam na Carta Europeia e adaptando para às suas realidades.

No Brasil a primeira classe hospitalar surgiu em agosto de 1950, no estado do Rio de Janeiro, essa classe funcionava nas enfermarias pediátricas do Hospital Municipal Menino Jesus (FONSECA, 2008), até hoje esta classe permanece em atividade.

Já em 1994, com a Declaração de Salamanca, sendo uma das primeiras em nível mundial, a ressaltar a importância do processo de escolarização das crianças e adolescentes que estejam em internação, permitindo que professores possam utilizar espaços físicos como um mediador na escolarização deles, assim não interrompendo os seus estudos e o desenvolvimento.

Com a influência da Declaração de Salamanca, no mesmo ano, o Brasil, publica uma carta de recomendação com Políticas Nacionais de Educação Especial (MEC/SSESP, 1994), pela primeira vez no país a Classe Hospitalar aparece como modalidade de atendimento educacional, no ano seguinte, em 1995, nos textos publicados na Série Diretrizes, Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial (MEC/SEESP, 1995), trata-se ainda a classe hospitalar no Brasil como, uma alternativa de atendimento apenas nas áreas de deficiência mental e auditiva, como condição de ensino ministrado por professores itinerantes, não havendo uma constância ou regularidade dos professores que lecionava nessas classes.

Com essas Políticas Educacionais Especiais, acabaram restringindo uma parte da população infantil, assim houve um movimento social por parte do setor da saúde para que, essas políticas públicas atingissem o máximo de crianças possíveis, portanto, surgiu a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado, em 1995 (FONSECA, 1999), que garantia o direito de qualquer criança e adolescente que esteja internada usufruir de



programas educacionais no hospital, fazendo com que, o acompanhamento do currículo escolar tenha continuidade durante sua permanência no hospital.

A mobilização do setor da educação só veio após cinco anos, em 2000, o Estatuto Nacional Pró-Atendimento Pedagógico-Educacional Hospitalar (FONSECA,2008), que tem como finalidade divulgar essa modalidade de atendimento pedagógico-educacional nas classes hospitalares como um direito e necessidade da criança e adolescentes.

Logo após, em 2001, o Conselho de Educação, em seu artigo 13º da Resolução n. º2, vem reafirmando o atendimento às crianças e adolescentes como um direito, tratando obrigatoriamente o sistema de ensino em hospitais e utilizou pela primeira vez a nomenclatura “Classe Hospitalar”, portanto, reconhecimento à modalidade de ensino nos hospitais em todo território brasileiro.

Logo em seguida, 2002, o MEC divulga outro documento de nome “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações”, em que, através deste, orienta às instituições hospitalares, em como proceder na implementação de uma classe hospitalar, quais profissionais compõem e as suas respectivas funções no atendimento educacional.

Esse documento foi bastante importante, pois, foi à partir dele que, passamos à compreender com maior nitidez quais são os objetivos específicos de como estruturar ações pedagógicas em um hospital, quais às políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes hospitalares e até mesmo domiciliares, podendo ser considerado um grande marco na história da educação e da saúde brasileira, já que, com este documento, os hospitais passaram a organizar seus espaços para implementar às suas classes hospitalares através dessa carta de recomendação.

Deste então, a classe hospitalar vem sendo construída pausadamente. Em 2018, somente, foi sancionada a lei 13.716, publicada em Diário Oficial, que assegura o atendimento educacional durante o período de internação ao aluno da Educação Básica (BRASIL, 2018), alterando o texto da LDB e contemplando essas crianças, até então não eram agraciados legalmente tendo o seu reconhecimento enquanto modalidade de ensino na educação básica do Brasil.

Através dessa breve retomada histórica da classe hospitalar, podemos perceber sua evolução com passar dos anos, e principalmente à conquista que as crianças obtiveram com essas políticas públicas, já que, através classe hospitalar, é dado à garantia ao direito de dar continuidade aos estudos, e, principalmente a infância, mesmo que seja em um hospital, entretanto, podemos também observar que apesar dessas conquistas legais a classe hospitalar, ainda se encontra com muita dificuldade para sua implementação em forma de lei, um dos

entraves encontrados, por exemplo, são os trâmites burocráticos, à falta de incentivos governamentais e entre outros, roumando dessas crianças o direito de usufruir a infância na sua totalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos analisados foram publicados no repositório institucional da UFAL, onde são encontradas todas as produções acadêmicas elaboradas pelos discentes e docentes da instituição, que tem característica ser um acervo digital, para todos os pesquisadores, tanto os que fazem parte da instituição, como os que não fazem parte.

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados

| Título | Data da defesa | Tipo de pesquisa | Áreas de conhecimento |
|--|-------------------------|---|------------------------------|
| Classes hospitalares em Maceió: entre a legislação e a invisibilidade educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde | 24 de setembro de 2021 | Bibliográfica e documental | Educação |
| A percepção de estudantes em estágio curricular sobre a atuação do profissional de educação física no âmbito hospitalar | 10 de fevereiro de 2021 | Exploratória e de abordagem Qualitativa | Enfermagem |
| A experiência da criança hospitalizada com a realidade virtual no cuidado de enfermagem em procedimentos dolorosos | 26 de junho de 2019 | Exploratório descritivo com abordagem qualitativa | Enfermagem |

Fonte: Dados das autoras (2022)

Com base na exposição dos dados no quadro, percebemos que duas das dissertações não é da área de conhecimento da educação, e sim, da enfermagem, porém o que podemos perceber é que a pedagogia hospitalar é interdisciplinar, ou seja, permeia entre as outras áreas de conhecimento voltada sempre para as epistemologias das crianças internadas em seu processo de escolarização.

Fatores identificados que indicam a importância da pedagogia hospitalar para crianças hospitalizadas

| Fator | Texto e autores |
|---|--|
| Classes hospitalares enquanto elemento constituinte dos Direitos Humanos Fundamentais | Classes hospitalares em Maceió: entre a legislação e a invisibilidade educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde (Renata Souza de Lima-2021) |
| A percepção de estudantes em estágio curricular sobre a atuação do profissional de Educação Física no âmbito hospitalar | A percepção de estudantes em estágio curricular sobre a atuação do profissional de educação física no âmbito hospitalar (Rosa Elisa Pasciucco da Costa - 2021) |
| A experiência da criança hospitalizada com a realidade virtual em procedimentos dolorosos | A experiência da criança hospitalizada com a realidade virtual no cuidado de enfermagem em procedimentos dolorosos (Marcela Barbosa de Farias - 2019) |

Fonte: Dados das autoras (2022)

Com base no que foi exposto, identificamos nos textos, alguns fatores que podem indicar a importância da pedagogia hospitalar para as crianças internadas. Dessa forma, percebemos que para que seja ofertado o atendimento educacional nos hospitais, é necessário rever tais fatores como espaço para essas crianças possam vivenciar e explorar a sua escolarização dentro dos ambientes hospitalar.

As **classes hospitalares enquanto elemento constituinte dos Direitos Humanos Fundamentais** é um fator destacado pela autora (Lima, 2021), ela aponta o direito universal da educação ratificado pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei 13.716 que altera a LDB e inclui a modalidade na educação básica, e, garantindo esse atendimento educacional as crianças da educação básica durante sua internação, portanto garantindo a continuidade no processo de escolarização dessas crianças hospitalizadas, visto que, as classes hospitalares são reconhecidas na educação básica e devem ter suas funcionalidades asseguradas. Como indaga Rodrigues (2012, p.88) “[...] nessa perspectiva, as crianças e os adolescentes adquiriram alguns direitos, como o acompanhamento, o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas [...]”, entretanto, apesar de todos os direitos adquiridos ao longo do tempo, o que podemos analisar é que ainda falta incentivos para a concretização desses espaços, como é apontado pela autora em sua pesquisa desenvolvida.

Outro elemento observado foi **a percepção de estudantes em estágio curricular sobre a atuação do profissional de Educação Física no âmbito hospitalar** (Costa, 2021). Para a autora, os professores que atuam em escolas e/ou brinquedotecas hospitalares, exercem uma

função que vai muito além de lecionador, pois cada aluno vai receber um atendimento diferenciado, ainda atendem as famílias, que veem no professor a possibilidade de cura da dor emocional de seus filhos. Como afirma Fonseca (2008, p. 37) “ O professor contribui para o aperfeiçoamento da assistência de saúde, de maneira a tornar a experiência de hospitalização, ainda que sempre indesejável, um acontecimento com significado para as crianças que dela necessitam. ”, logo, analisamos que o papel do professor nas classes hospitalares vai além do ensinar, ele tem um papel motivar e facilitar a incorporação dessas crianças nessa nova realidade a qual se encontra. Entretanto, ainda Fonseca (2008, p.37) “[...] o professor não pode confundir esse papel com a humanização, já que a escola no hospital não é a humanização, mas um veículo, dentre muitos outros, [...]”, dessa forma, não podemos inverter os papéis dos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar das classes hospitalares, nem muito menos o papel do professor, que tem as habilidades necessárias para que a passagem por esses locais seja da melhor maneira possível para todos os envolvidos no processo de adoecimento de uma criança, como bem pontua os autores na pesquisa analisada.

A questão da **a experiência da criança hospitalizada com a realidade virtual em procedimentos dolorosos, esteve presente no estudo dos autores** (Farias, 2019). Segundo suas análises, uma criança que passou por ambientes hospitalares educacionais mesmo que sejam virtualmente, ao se deparar após o tratamento, com a rotina e os conhecimentos escolares de turmas em uma escolar regular, não se sentirá desconfortável aos que diz respeito aos conhecimentos escolares, nem será excluída do processo de escolarização. Como indaga Matos e Mugiatti (2014, p. 68) “ Trata-se de estímulos e da continuidade dos seus estudos, a fim de que não percam seu curso e não se convertam em repetentes, ou venham a interromper o ritmo de aprendizagem, [...]”, desse modo, podemos verificar que as classes hospitalares tem o objetivo particularmente em dar continuidade no processo de escolarização dessas crianças, para que quando elas voltem para suas escolas de origem, suas rotinas, elas não tenham prejuízo algum, e possam dar continuidade aos seus estudos. Ainda, Fonseca (2008, p. 58) “ Esta atitude contribui para que a criança se sinta estimulada a participar de atividades propostas e situações que ocorrem no cotidiano da escolar hospitalar. ”, essa perspectiva de volta para sua rotina antes do seu processo de adoecimento, auxilia e estimula essas crianças que estão internas a frequentarem esses espaços e realizem as atividades propostas, sendo concebida por essas crianças como indagam as autoras na pesquisa desenvolvida, adquirindo confiabilidade por essas crianças em seu processo de escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou um avanço no conhecimento sobre a classe hospitalar e pedagogia hospitalar como um todo. Buscamos entender através das dissertações encontrados a relevância que esses ambientes em hospitais têm na infância das crianças adoecidas e na dos profissionais que nesses espaços atuam, como também, em conhecer o conjunto de legislação que asseguram o direito da criança hospitalizada, a dar continuidade ao seu processo de escolarização e de ludicidade, através desses serviços, passando, assim a compreender melhor às necessidades dessas crianças e adolescentes internos.

Infelizmente, a produções acadêmicas sobre pedagogia hospitalar na área da educação ainda são escassas e as existentes, como as pesquisas analisadas, das três, duas eram da área da saúde, e em sua maioria são dos últimos 3 anos, mostrando a falta de incentivo das pesquisas na área da educação nos programas de pós-graduação à serem desenvolvidas aqui no Nordeste, assim dificultando para que a sociedade civil como um todo, passe a entender o ambiente hospitalar, como um espaço de direitos assegurados e que devem ser usufruídos pelas crianças e adolescentes hospitalizados.

Diante dos fatos mencionados na pesquisa, percebemos a pedagogia hospitalar, é fundamental para que a criança e adolescentes que se encontram internadas e privadas de frequentar uma escolar regular, obtenham e adquiram os conhecimentos e habilidades que são ofertados e desenvolvidos nas escolas. Diante disso, é necessária uma formação específica para que os profissionais de educação, e da equipe multidisciplinar que atendem essas crianças nesses ambientes, possam contribuir para que o conhecimento seja oferecido de forma, lúdica e pedagógica. Com isso, compreendemos que a pedagogia hospitalar e profissionais da educação e afins, precisam propiciar aos estudantes meios que os tornem mais motivados a participarem das aulas e respeitando a individualidade de cada um, para que assim despertem o desejo de aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 27 de jul.2022.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 28 de jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica interno para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13716&ano=2018&ato=559Eza61UeZpWT86f#:~:text=ALTERA%20A%20LEI%20N%C2%BA%209.394,OU%20DOMICILIAR%20POR%20TEMPO%20PROLONGADO>. Acessado em: 01 de jul. 2022.

BRASIL. **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Política Nacional e Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acessado em: 01 de jul. 2022.

COSTA. Rosa Elisa Pasciucco da. **A percepção de estudantes em estágio curricular sobre a atuação do profissional de educação física no âmbito hospitalar**. 2020. 56p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde), Programa de Pós-Graduação em Ensino de Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2010. Disponível em: <http://www.Unesdoc.uneco.org/download/texto/me000325.pdf>. Acesso em: 30 de Jun. 2022.

FARIAS. Marcela Barbosa de. **A experiência da criança hospitalizada com a realidade virtual no cuidado de enfermagem em procedimentos dolorosos**. 2019. 85p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem e Farmácia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

FONSECA, Ereira Simões. **Atendimento escolar no ambiente hospitalizado**. São Paulo. Memnon, 2008.

FONSECA, ENEIDA Simões da. **Classe hospitalar: ação sistemática na atenção às necessidades pedagógico-educacional de crianças e adolescentes hospitalizados**. 1998. Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/classehospitalar_eneida.pdf. Acesso em: 30 de maio. de 2022.

LIMA, Renata Souza de. **Classes hospitalares em Maceió: entre a legislação e a invisibilidade educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde**. 2021. 162p. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; Mugiatti, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrado educação e saúde**. Petrópolis, Vozes, 2014.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**. estratégias e orientações. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000423.pdf>. Acesso em 30 jun. 2022.



RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Classe Hospitalar: o espaço pedagógico nas unidades de saúde.** Rio de Janeiro. Wak Editora, 2012.

SEVERINO, Antônio J. **O Trabalho Científico – da epistemologia à técnica.** Rio de Janeiro. CRV, 2013.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos:** [ciências humanas e sociais aplicadas: artigos, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide]. Recife. Rêspel, 2010.